

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

**UNIDADE AVANÇADA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS FOZ DO IGUAÇU**

BR 469 – Km 22,5 – Parque Nacional do Iguaçu – Foz do Iguaçu/PR – CEP: 85.855-750

Tel/fax (45) 3521-8383

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N°. 013/2012

**PROCESSO Nº. 02153.000055/2012-43**

OBJETO: Contratação de empresa para apoio ao Projeto “Monitoramento do turismo de Observação Embarcado de Baleias na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca”, com fornecimento de mão de obra especializada, locação de imóvel residencial e equipamento, conforme especificações constante no item 5 do Termo de Referência, anexo I deste Edital, para atender as necessidades das Unidades de Conservação Apoiadas por esta Unidade Avançada de Administração e Finanças Foz do Iguaçu - UAAF-FI/ICMBio.

**Í N D I C E**

**ITEM ASSUNTO**

1 DO ENVIO DAS PROPOSTAS

**2 DO OBJETO**

3 DO CREDENCIAMENTO

**4 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

**5 DO ENVIO DA PROPOSTA**

6 DA PROPOSTA E FORMULAÇÃO DE LANCES

7 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

**8 DA HABILITAÇÃO**

**9 DOS RECURSOS**

**10 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12 DO PREÇO

**13 DA ENTREGA/RECEBIMENTO DO OBJETO/ FISCALIZAÇÃO**

14 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

**15 DO PAGAMENTO**

## 16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

## 17 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**18 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**ANEXOS PARTES INTEGRANTES DO EDITAL:**

**I TERMO DE REFERÊNCIA**

**II MODELO PROPOSTA COMERCIAL**

**II-A PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**III MODELO DE DECLARAÇÃO DE CRIMES AMBIENTAIS (LEI Nº 9.605/98)**

#### IV MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

**V PLANILHA PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ADMISSÍVEL**

**VI MINUTA DO CONTRATO**



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

**UNIDADE AVANÇADA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS FOZ DO IGUAÇU**

BR 469 – Km 22,5 – Parque Nacional do Iguaçu – Foz do Iguaçu/PR – CEP: 85.855-750

Tel/fax (45) 3521-8383

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N°. 013/2012

**PROCESSO Nº.02153.000055/2012-43**

**TIPO DA LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**DATA DE ABERTURA: 08/10/2012**

**HORÁRIO: 09:00h**

**ACESSO ELETRÔNICO AO EDITAL E PARTICIPAÇÃO:** [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, através de sua Unidade Avançada de Administração e Finanças Foz do Iguaçu, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicados fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, o art. 15 da Lei nº. 8.666/93 regulamentado pelo Decreto 3931, de 19 de setembro de 2001 publicado no D.O.U de 20 de setembro de 2001, e aplicando-se subsidiariamente, o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamenta a modalidade do Pregão Eletrônico, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.U. de 18 de julho de 2002 e os Decretos nºs. 3.555, de 08 de agosto de 2000, publicado no D.O.U. de 09 de agosto de 2000 e suas alterações, 4.342, de 23 de agosto de 2002, publicado no D.O.U. de 26 de agosto de 2002, aplicando-se as normas da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos e autorização contida no Processo nº. 02153.000055/2012-43.

1. **ENVIO DAS PROPOSTAS**
   1. O encaminhamento das propostas terá início com a divulgação do aviso de Edital no sítio www.comprasnet.gov.br, até às 09:00 horas do dia **08/10/2012,** hora e data para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
   2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

2. DO OBJETO

* 1. O objeto da presente licitação é o registro de preços contratação de empresa para apoio ao Projeto “Monitoramento do turismo de Observação Embarcado de Baleias na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca”, com fornecimento de mão de obra especializada, locação de imóvel residencial e equipamento, para atender as necessidades das Unidades Apoiadas pela UAAF-FI/ICMBio, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
  2. A licitação será em lote, conforme tabela constante do Termo de Referência. O licitante participante do lote deverá fornecer todos os itens nele especificado.

1. **DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio www.comprasnet.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do Licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

1. **DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

4.1. Relativamente aos artigos 3, 42 e 43, da Lei Complementar nº. 123/2006, que tratam do enquadramento e habilitação das ME/EPPs, além da verificação automática junto à Receita Federal do porte da Empresa, refletida no Sistema após o encerramento da fase de lances, o fornecedor, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do Sistema, deverá declarar que atende os requisitos do artigo 3, para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei.

4.2. Ainda no que tange à habilitação, o favorecimento estabelecido nos artigos 42 e 43, da Lei Complementar nº. 123/2006, permite ao fornecedor, ME/EPP, entregar a documentação com possíveis restrições, as quais deverão ser sanadas no prazo de dois dias úteis, prorrogáveis por mais dois dias quando for o caso. A habilitação é um procedimento do pregoeiro, não implicando em qualquer alteração do Sistema, além da declaração já mencionada.

4.3. Relativamente ao empate para a modalidade “Pregão” de propostas entre fornecedores de médio e grande porte e ME/EPP, previstos nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº. 123/2006, o Sistema de Pregão Eletrônico passa a disponibilizar funcionalidade que, após o encerramento da fase de lances, identificará em coluna própria as ME/EPP participantes, fazendo a comparação entre os valores da primeira colocada, caso esta não seja uma ME/EPP, e das demais ME/EPPs na ordem de classificação.

4.4. A proposta de ME/EPPs que se encontrar na faixa até 5% acima da proposta de menor preço estará empatada com a primeira colocada e terá o direito, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo Sistema, de encaminhar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada para o desempate.

4.4.1. Para viabilizar o procedimento referido no item 4.4, o Sistema selecionará os itens com tais características, disponibilizando-os automaticamente nas telas do pregoeiro e fornecedor, encaminhando mensagem também automática, por meio do *chat*, convocando a ME/EPP que se encontra em segundo lugar, a fazer sua última oferta no prazo de 5 (cinco) minutos sob pena de decair do direito concedido. Caso a ME/EPP classificada em segundo lugar desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o Sistema convocará as demais ME/EPPs participantes na mesma condição, na ordem de classificação. Havendo êxito neste procedimento, o Sistema disponibilizará a nova classificação dos fornecedores para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou não existindo ME/EPP participante, prevalecerá a classificação inicial.

4.4.2. Caso sejam identificadas propostas de ME/EPPs empatadas em segundo lugar, ou seja, na faixa dos 5% da primeira colocada, e permanecendo o empate até o encerramento do item, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre tais fornecedores, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

4.5. A negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar, quando houver, será sempre após o procedimento de desempate de propostas e classificação final dos fornecedores participantes.

* 1. Não poderão participar desta licitação:

4.6.1. entidades empresariais proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.6.2. entidades empresariais declaradas suspensas de participar de licitações e impedidas de contratar com o órgão ou a entidade responsável por esta licitação, conforme art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

4.6.3. entidades empresariais estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.6.4. quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.6.5. entidades empresariais que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.6.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

4.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.7.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.7.1.1 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.7.1.2 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.7.1.3 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

4.7.1.4 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009;

1. **DO ENVIO DA PROPOSTA**
   1. O Licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
   2. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
   3. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
   4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
   5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.5.1. valor unitário.

5.5.2. a(s)quantidade(s) de unidade(s), observada(s) a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada item;

5.5.3. Valor mensal e valor global para os serviços a serem prestados, conforme planilha de custos e formação de preços, Anexo II/A.

5.5.4. Descrição detalhada do serviço ofertado, em conformidade com o disposto no Anexo I deste Edital

* + 1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

5.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, frete e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

* 1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

1. **DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
   1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
   2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

* + 1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
  1. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
  2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os Licitantes.
  3. Iniciada a etapa competitiva, os Licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
  4. O lance deverá ser ofertado pelo **valor (unitário).**
  5. Os Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
  6. Os Licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
  7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
  8. Durante o transcurso da sessão pública, os Licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do Licitante.
  9. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos Licitantes para a recepção dos lances.
  10. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
  11. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
  12. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
  13. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
  14. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens:
      1. produzidos no País;
      2. produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

* + 1. produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
  1. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os Licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

1. **DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**
   1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar para fim de aceitação.
   2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível, assim considerado aquele que não venha a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado.
   3. O Pregoeiro poderá convocar o Licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema (“enviar anexo”), estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
      1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas.
      2. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do Licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
   4. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
   5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
   6. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao Licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
      1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o Licitante para que seja obtido preço melhor.
      2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
2. **DA HABILITAÇÃO** 
   1. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13, 14 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
      1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
      2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, o Licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
   2. Os Licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal, nas condições seguintes:
      1. Habilitação jurídica:
         1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
         2. em se tratando de sociedades comerciais, contrato social ou estatuto em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
         3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
         4. inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
         5. no caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
         6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.
      2. Regularidade fiscal:
         1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
         2. prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Divida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);
         3. prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);
         4. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
         5. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007,deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
   3. Documentação Complementar:
      1. Considerando que atualmente o site Comprasnet exige que o licitante, ao cadastrar sua proposta, declare em campo próprio do sistema a inexistência de fato superveniente, a não-utilização de mão-de-obra de menores, a elaboração de proposta independente e ciência do edital, conforme item 4.7 deste edital, não se mostra mais necessária a apresentação de tais declarações em separado, na fase de habilitação. Portanto, **o Licitante deverá apresentar apenas a declaração de que não está sob pena de interdição temporária de direitos de que trata o art. 10 da Lei nº. 9.605/98, de acordo com o Anexo III deste Edital**.
      2. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas,** que pode ser emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>), em respeito à Lei 12.440/2011.
      3. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou em cópia autenticada em Cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro.
      4. Para o licitante já cadastrado no SICAF (Níveis II e III) não é necessário o envio dos documentos relativos à habilitação jurídica e regularidade fiscal. No caso de qualquer documentação vencida, será assegurado direito de verificação pelo Pregoeiro, junto aos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, suas respectivas regularidades.
      5. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
      6. Serão inabilitadas as empresas que não enviarem a documentação conforme estabelecido, bem como não atenderem ao item 8 deste Edital.
      7. Em respeito ao Acórdão 1793/2011 - TCU – Plenário será verificada na fase de habilitação, além da habitual pesquisa ao módulo SICAF do Sistema SIASG, a existência dos registros impeditivos à contratação nas fontes abaixo indicadas, em atenção ao art. 97, caput e parágrafo único da Lei 8.666 de 1993:

8.3.7.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência ([www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br));

8.3.7.2. Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ – Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)).

* 1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o Licitante detentor da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas**, sendo que esta comprovação se dará mediante encaminhamento da documentação descrita no item 8 deste Edital, em até **2 (duas) horas** através do **Fax (0XX45) 3521-8367 ou via e-mail licitacaoiguacu@gmail.com**, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada, observado o prazo acima estabelecido
  2. Quando a menor proposta ofertada for constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.
     1. não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos Licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
  3. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
  4. Será inabilitado o Licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
  5. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

1. **DOS RECURSOS**

9.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo vinte minutos, para que qualquer Licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

9.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

* + 1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
  1. A falta de manifestação motivada do Licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito e a consequente adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao Licitante.
     1. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
  2. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
  3. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

1. **DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

10.1. O objeto da licitação será adjudicado ao Licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

10.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

1. **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
   1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
      1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o Órgão Licitante poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
      2. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
   2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no termo de referência, com a indicação do Licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
2. **DO PREÇO**

12.1. Os preços são fixos e irreajustáveis.

12.2. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n° 8.666/93 e no Decreto nº 3.931, de 2001.

1. **DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

13.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

1. **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

14.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

1. **DO PAGAMENTO**

15.1. Os pagamentos serão efetuados com recurso de Compensação Ambiental e/ou com Recurso Orçamentário Anual, das formas especificadas abaixo:

15.1.1. Pagamento com recurso de Compensação Ambiental

1. O pagamento pelos serviços será efetuado em moeda nacional, mensalmente (os serviços de agrimensura será pago de uma só vez, no primeiro mês de execução), mediante depósito em conta-corrente na agência do banco indicado pelo Licitante, até o 20º (vigésimo) dia seguinte ao da apresentação da nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, juntamente com os **relatórios técnicos diários, quinzenais, mensais e relatório do final da temporada.**
2. Por se tratar de recursos oriundos da Compensação Ambiental, o pagamento será efetuado mediante depósito em conta corrente, efetuado diretamente pela Caixa Econômica Federal em favor do Licitante.
3. O pagamento efetuado com recursos da compensação ambiental deverá ser precedido da elaboração do ato de destinação dos recursos pela Câmara de Compensação Ambiental, que demonstre que o produto/serviço guarda pertinência com: o empreendimento que ensejou a compensação; a destinação dada pela Câmara de Compensação Ambiental; a unidade de conservação beneficiária; a ordem de prioridades estabelecidas pelo art. 33 do Decreto nº. 4.430/2002.

15.1.2.Pagamento com Recurso Orçamentário Anual

* + 1. O pagamento será efetuado pelo Órgão Licitante, por meio de Ordem bancária, mensalmente, a favor do Licitante, (os serviços de agrimensura será pago de uma só vez, no primeiro mês de execução) no prazo de até 10 (dez) dias úteis, mediante a apresentação das Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) dos serviços executados, devidamente atestada a sua conformidade pelo fiscal designado para acompanhar e fiscalizar a execução contratual juntamente com os **relatórios técnicos diários, quinzenais, mensais e relatório do final da temporada** e consulta “on line” ao SICAF, juntada ao processo a Declaração de Situação do Fornecedor junto àquele Sistema.
  1. Para ambos os casos de pagamentos, por Compensação ou com Recurso Orçamentário Anual, o Licitante, quando da emissão da Nota Fiscal, deverá destacar, na mesma, o valor da retenção dos tributos/contribuições, conforme previsto no art. 64 da Lei 9.430 de 27.12.96 e na Instrução Normativa SRF nº. 480 de 15.12.2004, ou aquela que vier a sucedê-la.

15.3. Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deverá anexar à fatura declaração constante no Anexo IV da Instrução Normativa SRF n. 480, de 15 de dezembro de 2004, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, situação em que não incidirá a retenção disposta no item acima.

15.4. Para fins do pagamento, o Licitante deverá manter as mesmas condições da habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta “on line” ao SICAF, e juntada ao processo a “Declaração de Situação” da Contratada junto àquele Sistema.

15.4.1.Na impossibilidade de acesso ao Sistema SICAF, a consulta será feita aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93.

* + 1. Constatada a situação de irregularidadedo Licitante, junto ao SICAF, o pagamento dos serviços, não será suspenso. Porém o Licitante receberá uma notificação, para que no prazo de 15 (quinze) dias regularize sua situação ou no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão contratual.
    2. A critério do Órgão Licitante, o prazo para o Licitante regularizar sua situação ou apresentar sua defesa poderá ser prorrogado.
  1. O Órgão Licitante poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo Licitante nos termos deste Termo de Referência.
  2. Nenhum pagamento será efetuado ao Licitante enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.
  3. Havendo erro no documento de cobrança, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido ao Licitante e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Órgão Licitante.

15.8. Especificamente nos casos dos pagamentos efetuados por Recurso Orçamentário Anual, nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Licitante não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido pelo Órgão Licitante entre a data prevista nesta cláusula e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

|  |
| --- |
| EM = I x N x VP |

Onde:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela a ser paga;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira que será igual a 0,00016438, assim apurado:

|  |
| --- |
| I = (TX/100) I = (6/100) I = 0,00016438  365 365  Onde:  TX = Percentual da taxa anual = 6% |

15.9.Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação deste Órgão Licitante.

1. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigo 28 do Decreto 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estado, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada do SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa, o Licitante que:

16.1.1 apresentar documentação falsa;

16.1.2 não mantiver a proposta;

16.1.3 retardar a execução do objeto;

16.1.4 falhar na execução do contrato;

16.1.5 fraudar na execução do contrato;

16.1.6 comportar-se de modo inidôneo;

16.1.7 fizer declaração falsa;

16.1.8 cometer fraude fiscal;

16.1.9 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

16.2. Para os fins do subitem 16.1.6, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº. 8.666/1993.

16.3. Para as condutas descritas nos subitens 16.1.1, 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, será aplicada ao Licitante multa de no máximo, 20% (vinte por cento) do valor estimado do contrato.

16.4. Para os fins dos subitens 16.1.2 e 16.1.3 será aplicada multa ao licitante, no valor de 10% (dez por cento) do valor da Ata.

16.5. Para os fins do subitem 16.1.9 será aplicada multa nas seguintes condições:

a) até o máximo de 15% (quinze por cento) do valor empenhado/solicitado do contrato, no caso de inexecução parcial do contrato, conforme graduação estabelecida nas tabelas 01 e 02 a seguir:

**Tabela 01**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **GRAU** | **PERCENTUAL** | **CORRESPONDÊNCIA** |
| 01 | 03% | Sobre o valor empenhado/solicitado do contrato |
| 02 | 05% |
| 03 | 08% |
| 04 | 10% |
| 05 | 13% |
| 06 | 15% |

**Tabela 02**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO** | **GRAU** |
| **01** | |  | | --- | | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais por ocorrência; | | 06 |
| **02** | |  | | --- | | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, caracterizando inexecução parcial do contrato, por ocorrência; | | 05 |
| **03** | |  | | --- | | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização,  por ocorrência; | | 04 |
| **Para os itens seguintes, deixar de:** | | |
| **04** | Fornecer relatório técnicos diários, quinzenais, mensais e relatório final da temporada com todas as prestações de serviço e notas fiscais. | 04 |
| **05** | Fornecer todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do órgão Licitante, por ocorrência; | 01 |
| **06** | Responsabilizar-se pelos cuidados de utilização e preservação do equipamento Teodolito. | 06 |
| **08** | Assinar o contrato; | 06 |
| **09** | |  | | --- | | Cumprir quaisquer dos itens do contrato e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência; | | 02 |
| **10** | |  | | --- | | Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo Órgão Licitante, por item e por ocorrência. | | 03 |

b) multa de 20% (vinte por cento) do valor estimado do contrato, no caso de inexecução total do pactuado, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

16.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando os serviços deixarem de ser executados por mais de 30 (trinta) dias.

16.7.Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, o Licitante ficará sujeito, no caso de atraso injustificado, assim considerado pelo Órgão Licitante, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação do contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ICMBio, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa a ser Contratada ressarcir o Órgão Licitante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

16.8. As sanções de multa, após regular processo administrativo, poderão ser aplicadas ao Licitante juntamente com as de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ICMBio e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, descontando-a do pagamento a ser efetuado, e quando o valor for insuficiente, a diferença será cobrada judicialmente.

16.9.As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ICMBio, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais.

16.10. A critério do Órgão Licitante, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando a inexecução total ou parcial das condições pactuadas for devidamente justificada pelo Licitante e aceito pelo Órgão Licitante, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

**17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

17.1.Qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, na forma eletrônica, em **até 02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública (Art. 18º do Decreto 5.450/2005), por meio do e-mail: [licitacaoiguacu@gmail.com](mailto:licitacaoiguacu@gmail.com).

17.2. Não serão reconhecidas as impugnações interpostas, enviadas por fax e vencidos os respectivos prazos legais;

17.3.Caberá ao **Pregoeiro**, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas;**

17.4.Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

17.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores a data fixada para abertura da sessão pública**, exclusivamente** por meio eletrônico via internet, no endereço licitacaoiguacu@gmail.com.

17.6. Os esclarecimentos formulados pelos interessados serão respondidos pelo Órgão Licitante por meio de adendos a este Pregão, sem a identificação da fonte solicitante, e estarão disponibilizados via Internet, através do endereço: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

17.7. Não deverão ser considerados pelos Licitantes, na elaboração de suas propostas, quaisquer esclarecimentos obtidos de forma diferente da citada dos subitens anteriores.

**18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.2. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

18.3. Fica assegurado ao Órgão Licitante o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

18.4 Até a assinatura da Ata de Registro de Preço ou a entrega da Nota de Empenho, poderá o Licitante ser excluído da licitação, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis se o Órgão Licitante tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

18.5. Os Licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e Órgão Licitante não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.6. Os Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.7. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

18.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

18.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do Órgão Licitante.

18.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do Licitante, desde que seja possível a aferição das suas qualificações e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

18.11. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

18.12.Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes dos Decretos nºs. 3.555/2000, 4.342/2002, 3.931/2001, 5.450/2005 e 3.784/2001.

18.13. As decisões do Pregoeiro com relação ao julgamento deste Pregão e recurso porventura interposto, serão efetuadas pelo sistema eletrônico, via internet, exceto as hipóteses que se faça inviável o uso desse meio quando será a intimação realizada mediante publicação no Diário Oficial da União, ou por intermédio de ofício encaminhado aos representantes dos Licitantes, com comprovante de recebimento.

18.14. As questões decorrentes da execução deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, poderão ser processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária do Paraná, Subseção de Foz do Iguaçu, com exclusão de qualquer outro.

18.15. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.16. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.17. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.18 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço BR 469 – Km 22,5 – Parque Nacional do Iguaçu – Foz do Iguaçu/PR, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

18.19 .Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos: Termo de Referência, Modelo de Proposta Comercial, Modelo de Planilha de Custo e Formação de Preço; Declaração referente ao art. 10 da Lei 9.605/98; Minuta da Ata de Registro de Preços, Planilha de Valores Máximos e Minuta de Contrato.

Foz do Iguaçu, 09 de julho de 2012.

Cristina Souza Lemos

Chefe Substituta da Unidade Avançada de Administração e Finanças Foz do Iguaçu ICMBio